

## II ENCONTRO LATINOAMERICANO PROGRESSISTA

### ALVARO GARCIA LINERA – BALANÇO DOS 15 ANOS DE GOVERNOS PROGRESSISTAS NA AMÉRICA LATINA<sup>1</sup>

#### Dez pontos sobre avanços, êxitos e contradições

Temos um povo e um continente de luta, formados na luta; nada foi dado. Seguiremos tendo um continente de luta.

#### 1 – Ressignificação da democracia nos processos revolucionários.

A democracia era vista como suspeita, incômoda; a ser utilizada de maneira instrumental para conseguir se chegar à revolução e ao socialismo. No século XX, a esquerda em geral teve essa visão a respeito dos processos democráticos. Nos últimos quinze anos se mostrou que não é assim. Nosso processo revolucionário está mostrando que a democracia não é uma etapa temporal, uma ponte para a nova sociedade. O que se está mostrando é que a democracia não é só um método, é também o espaço, o cenário do próprio processo revolucionário. Desenvolvimento da capacidade de intervenção nos processos comuns. Mas, certamente não é uma concepção da democracia de maneira procedimental, como modo de eleição de governantes (versão liberal, procedimental e minimalista da democracia). O que a América Latina (AL) está mostrando é que a democracia como espaço da revolução requer uma refundação da democracia. É um modo de eleger governantes, é um modo de respeitar as coletividades, mas também de reinventar o democrático como crescente participação da sociedade na tomada de decisões. É distinta da velha concepção de democracia dos países centrais. Estes não são modelos a imitar, nem a seguir.

A democracia que está sendo reinventada na AL é a plebeia, a da rua, do parlamento, da ação coletiva, da participação, da mobilização. Concebida como a crescente participação das pessoas nos assuntos comuns – econômicos, médicos, públicos, etc. No fundo, o socialismo é a radicalização absoluta da democracia. Democracia levada ao centro do trabalho, ao parlamento, ao executivo, à vida cotidiana. O que aprendemos é que qualquer método de luta só há de ser revolucionário se há participação das pessoas. Ou a via armada

---

<sup>1</sup> **Tradução livre:** Daniel Araújo Valença, professor de Direito da Universidade Federal Rural do Semiárido, membro do Grupo de Estudos em Direito Crítico, Marxismo e América Latina – Gedic e da pasta de formação política da Articulação de Esquerda do RN, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. **Revisão:** Ilana Lemos de Paiva, professora de psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, integrante do Grupo de Pesquisa Marxismo e Educação – GPME e da pasta de formação política da AE/RN. Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DeZ7xtBJT8U&feature=youtu.be>>.

ou a pacífica, há de ter seu efeito real somente na medida da permanente e crescente ampliação e expansão da sociedade no desenvolvimento deste método. Sem isso, qualquer ação armada ou parlamentar ou é reformista ou é oportunista.

## **2 – Tomar o poder ou construir o poder**

Na velha escola, o objetivo é tomar o poder. Está certo, os leninistas (me reivindico um absoluto) buscam a tomada do poder. É correto. Mas, se quem propugna que o Estado, por mais democrático que seja, por mais participativo que seja, é também um monopólio, é também um monopólio do comum, é um monopólio do universal, é um monopólio crescente do coletivo, a tomada do Estado, vista assim, é também a tomada desse monopólio. E em consequência, a tomada das instituições, a substituição de umas instituições e desse monopólio por uma nova administração e uma nova burocracia. Frente ao risco de converter a revolução em mero processo de substituição de elite por outra (elites dirigentes), surgiu o debate de “então não temos que tomar o poder”.

O companheiro John Holloway e quem trabalhou com ele, há dez anos, puxaram esse debate na AL. Transformar o mundo sem tomar o poder. Claro, se entende que é um esforço por distanciar-se dessa substituição de elites; do controle do monopólio – controle das decisões nas mãos de poucos – recluindo-se em pequenos núcleos, pequenas comunas, que constroem pequenos socialismos, nos hábitos alimentares, nas compras, na transferência de objetos. Se esquecem de uma coisa terrível. Que quando me distancio, “não quero me ‘sujar’ com o poder” e me recluso numa pequena comuna, no meu pequeno lugar à margem do poder, o que estou fazendo é deixar que o poder, independente do que eu diga ou faça, siga existindo. E ao seguir existindo da mesma velha maneira, de monopólio centralizado por umas oligarquias que se revezam na administração pública, permitimos, nesse nosso isolamento, que esses poucos sigam administrando contra às grandes maiorias; na nossa reclusão monástica em um centro onde ninguém se contamina, estamos deixando em pé que o poder do Estado se mantenha nas mãos de pequenas oligarquias que prejudicam a muitos. Permitimos que esse monopólio que se chama Estado siga desorganizando a sociedade, siga conduzindo a disposição dos recursos comuns da sociedade. E o pior, que isto, público, mas não estatal, que produz a sociedade, onde surgem pequenas alternativas autônomas ou semiautônomas da sociedade, de maneiras ilhadas e desarticuladas, ao longo do tempo, acabam subsumidas pelo próprio Estado e pelos próprios processos de (re)valorização do capitalismo. O grande problema de somente focar a tomada do poder, ou a construção do poder à margem do Estado, radica em que houve e há, na esquerda, a concepção de Estado como coisa. E, como

coisa, ou o Estado é conquistável, ou é descartável, “distanciável”. Tem-se que se afastar dessa coisa que nos envenena. Em ambos os casos, o Estado é visto como coisa. A conquistar, ou a fugir dela. O problema é que o Estado não é só uma coisa; é também uma coisa, mas é mais que uma coisa: são instituições, são normas, são procedimentos que lhe dão forma coisificável; mas o Estado é mais que isso; é uma relação entre as pessoas, é uma maneira de nos vincularmos cotidianamente entre as pessoas, em torno a coisas que nos envolvem a todos. O sistema viário, a educação, o intercâmbio de produtos, a saúde, o respeito, os procedimentos lógicos, os procedimentos morais. O Estado é, pois, o espaço do comum de uma sociedade, do coletivo que tem uma sociedade, do universal, que possui uma sociedade. Não é um fato dado. O universal, o coletivo e o comum têm sido um processo histórico, gradual, de concentração, de formação do comum. De construção, consolidação ou expropriação do coletivo e do universal. Mas, o Estado é o monopólio do universal. Sua força está nisso, em que nos atravessa a todos, que envolve a todos, que contém a todos, senão não seria universal, seria um particular. Na medida em que nos envolve a todos, mesmo que não queiramos nada com o Estado, mesmo que fuçamos dele, o Estado é uma relação entre as pessoas; uma relação viva entre pessoas que vivem em um bairro, os do bairro que vivem em uma cidade, em estados, etc. O comum que tem entre eles é o Estado. O comum entre quem vive em Quito, Guayaquil, na Serra, na Amazônia, o comum que têm entre eles, está concentrado no Estado. Então, o Estado é também a gestão do comum, do universal, do coletivo que tem uma sociedade, do coletivo estatizado que tem uma sociedade. Mas também é monopólio. Se bem é o comum, é sua concentração; se bem é coletivo, é sua monopolização. E por isso Marx tinha uma frase fantástica que resume esse paradoxo do Estado: “o Estado é uma comunidade ilusória”, dizia. É ilusória? Sim. Mas objetivamente construída desde o encontro entre pessoas livremente associadas, sim. Mas é comunidade. É comunidade real, comunidade de gente. Mas logo ilusória. Comunidade ilusória. Gestor do comum, monopolizador do comum. O Estado é uma relação paradoxal, material e ideal. Comum e monopolizada. Universalista e individualizada. Nisso se encontra a sua magia. Portanto, se isso é verdade, se o Estado é uma coisa; mas é mais que uma coisa; são instituições, mas é mais que instituições; são procedimentos, mas são mais que procedimentos; se o Estado é também o comum, os preceitos lógicos, os preceitos morais com os quais integramos nossas vidas em comum, pessoas de lugares muito distintos, mas que nos sentimos partícipes de uma mesma comunidade histórica no mundo; se o Estado é isso, então...

Tem-se que tomá-la. Tem que se tomar esta relação.

Tem-se que conquistá-la. Não se pode ficar à margem do poder. Porque isso beneficia apenas aos que estão no poder. E estão destroçando a sociedade

desde o poder. Não pode haver esquerda revolucionária que não opta pela tomada do poder. É um falso debate. Mas uma esquerda revolucionária entendendo que o Estado se é comunidade, é também ilusória, é também monopólio, não pode contentar-se em tomar o poder. Está obrigada, desde antes, durante e como continuação do processo, transformar esse poder, democratizar esse poder, construir esse poder. Se somente nos dedicamos à tomada do poder, sem transformá-lo, sem democratizá-lo, sem construir poder social que democratize a tomada de decisões, ao longo do tempo apenas criaremos uma nova elite. E se nos contentamos somente com construir poder externamente ao Estado, deixaremos de novo as elites governarem por mais 500 anos às custas da sociedade.

Se o Estado é uma instituição paradoxal, as revoluções também são. As revoluções contemporâneas são revoluções paradoxais. Tomada do poder, construção do poder. Construção do poder, tomada do poder. Ampliação do poder, concentração do poder. Neste jogo, nessa dialética, se joga o destino de uma revolução.

Um terceiro ensinamento e complexidade da revolução latino-americana em marcha é o tema da hegemonia.

### **3 – Tema da hegemonia**

Entendido como liderança intelectual, liderança moral, liderança ética, liderança lógica, liderança organizativa, de um bloco social sobre o resto da sociedade, na qual todos veem o que virá, o horizonte, a síntese do que somos todos. Essa é a ideia geral de hegemonia, no sentido gramsciano. Como alcançar essa hegemonia? O velho debate do século XX dividiu em dois: os países asiáticos, os países modernos. Os países asiáticos, possuidores de uma sociedade civil supostamente muito frágil, muito amorfa, então nesses países se deveria optar por uma guerra de movimento, de ataque frontal ao Estado. Ao contrário, em países de fortes instituições públicas, de uma forte sociedade civil, então deveria se ter uma perspectiva menos audaz e mais lenta e difusa: Guerra de posições. Para assediar as casamatas sólidas que têm o Estado e a sociedade civil contemporânea. Guerra de posições, ou guerra de movimentos. Ataque frontal, ou longo processo cultural de convencimento e sedução para chegar ao poder. O velho debate da esquerda. O que tem mostrado a experiência latino-americana? Novamente nessa perspectiva paradoxal que quero manifestar dos processos revolucionários, e se não fossem paradoxais não seriam revolucionários, é que os dois são necessários. Não pode haver conquista do poder, não pode haver transformação da correlação de forças no Estado, se previamente não houve mudanças nos parâmetros lógicos de percepção e nos parâmetros de ordenamento do mundo moral da sociedade. O que houve no Equador, na Bolívia, na Venezuela nos anos 2000, 2005, 2008.

Antes, tudo era perfeito, todos eram neoliberais. As privatizações dos recursos iriam trazer o bem-estar, a riqueza para o povo. O mundo era globalizado, o Estado era burocrático, a presença dos investimentos estrangeiros era salvadora do mundo. Isso ordenava a vida cotidiana das pessoas, seu horizonte de ação. Seu parâmetro lógico e sua tolerância moral em relação aos governantes. E o que houve? Houve um momento em que isso já não era tolerável; em que isso não era acreditável, não era verificável. E pouco a pouco, essa descrença sobre este ordenamento neoliberal do mundo, sobre essas ideias força que ordenavam a organização cotidiana do mundo de nossas sociedades, foi questionada, foi rachando, foi sendo debatida. Primeiro por dirigentes políticos, por dirigentes sindicais, por acadêmicos, por donas de casa, por estudantes, algo não se encaixava, nesse horizonte de fim da história a que todos tínhamos de seguir mais cedo ou tarde para conseguir a felicidade. E a felicidade não chegava. E esse fim da história não se apresentava como fim, e o paraíso havia sido substituído por um inferno cotidiano para conseguir o trabalho e a comida diária. Previamente houve um semeado espiritual, mental e cultural das sociedades latino-americanas. Em alguns casos promovidos por uma ação militar. Em outros casos por uma ação coletiva frente aos donos da água. Em outros, por uma mobilização frente a um governo que havia enganado a seu povo. Uma quebra cultural. Uma ruptura simbólica. Um conjunto de modificações do sentido comum da sociedade. E sobre esse cenário, aberto, por uma quebra cultural, que modifica as tolerâncias morais das pessoas, que habilita um espaço de pré-disponibilidade a novas fidelidades, a novos projetos, a novas lideranças, sobre esse cenário emerge cada um dos processos progressistas na América Latina, com os presidentes Chávez, Kirchner, Lula, Correa, Evo. Não se trata de pessoas que caem como raios do céu despejado. Não. Houve uma quebra prévia, fundamentalmente cultural. Quer dizer: não pode haver o ataque, digamos assim, a tomada do poder, via eleitoral, via revolucionária, sem previamente uma transformação dos padrões culturais. Não há uma verdadeira guerra de posições sem uma guerra de movimentos prévia, e o inverso é igual. E aqui dialogo brevemente com a professora Chantal Mouffe, sobre esse tema. Basta promover uma transformação cultural nos parâmetros cognitivos da sociedade para criar identidades e uma predisposição à transformação? É necessário, mas não é suficiente. Não há revolução latino-americana que tenha triunfado contentando-se unicamente com modificar os parâmetros culturais. Aqui no Equador: por acaso não tivemos que derrotar nas urnas e, logo após, nas ruas a oposição golpista para consolidar o processo revolucionário? Na Bolívia, não se teve que derrotar aos separatistas e a direita que queria dividir a Bolívia e tivemos que derrotar eleitoralmente, politicamente e militarmente para recém consolidar os processos? Claro! Não há revolução duradoura, revolução verdadeira, que se assente simplesmente na transformação gradual dos parâmetros culturais. Isso tem que se traduzir, mais cedo ou mais tarde, inevitavelmente, em uma ação

de força, de derrota do adversário. Somente derrotando o adversário, sua hegemonia cultural pode irradiar-se e consolidar-se.

A experiência então ensina, que a hegemonia na verdade é Gramsci e Lenin e novamente Gramsci, é luta cultural, luta de símbolos, de identidades, de construções cognitivas, de ideias força desde a sociedade. Condensação, enfrentamento, derrota do adversário. Tens que derrotar o adversário, senão não terás triunfado. E imediatamente que tenha triunfado, novamente luta cultural para consolidar essa vitória. E novamente o adversário voltará a sobrepor-se e buscará se reagrupar e terás que derrotá-lo novamente cultural, ética e politicamente e, se necessário, militarmente. Para poder voltar ao avanço cultural.

É um falso debate ou Lênin ou Gramsci. Gramsci sem Lênin é um processo de ternura sem vitória. Lênin sem Gramsci é um ato de força sem irradiação. Necessitas a Lênin e a Gramsci.

O quarto ponto emerge do anterior.

#### **4 – A importância da luta pelo sentido comum**

O sentido comum são ideias ordenadoras do mundo. Ordenadoras da cotidianidade. Mobilizadoras. É o ponto onde se define a tolerância moral entre governantes e governados. É o lugar das certezas estratégicas da sociedade. A dominação neoliberal, evidentemente foi força, foi coerção, foi imposição. Mas também foi ideia-força. O neoliberalismo também, e quiçá fundamentalmente, foi um conjunto de preceitos mentais. Um conjunto de ideias-força. Um conjunto de sentidos-comuns. Do próprio e do alheio. Do privado e do coletivo. Do estrangeiro e do nacional. Do eficiente e do ineficiente. Do provável e do improvável, mediante o qual a sociedade, a dona de casa, o estudante, o dirigente, o partido político, o congressista, ordenava o mundo, explicava e se encontrava no mundo para caminhar nele. Se trata, pois, as ideias força, de esquemas mentais. Esquemas lógicos e morais que tendem a naturalizar o ato da dominação, ao torná-lo corpo, ao torná-lo carne, ao torná-lo rotina, ao torná-lo “natural”. Se isto é assim, a revolução, a luta contra o neoliberalismo, que requer golpes de força eleitoral, golpes de força social, coletivos, mobilizáveis, requer fundamentalmente, também, novas ideias-forças, ideias esperançosas. Ideias com capacidade de gerar mobilização e ação coletiva, com capacidade de territorializar-se e irradiar-se. Não há luta vitoriosa contra o neoliberalismo sem o prévio embate das ideias. Antes da tomada do poder, durante a tomada, e fundamentalmente após a tomada do poder. E me volto a esse ponto. Aos partidos políticos que aqui estão. Não podemos descuidar da luta pelas ideias **após** as vitórias. De um tempo para cá, após um grande ascenso, de um intenso debate coletivo, que

ajudou a posicionar, a converter em força material a um conjunto de ideias progressistas, revolucionárias sobre o mundo, temos entrado em um período de estancamento. E isso é perigosíssimo. Precisamos permanentemente renovar, enriquecer, relançar o conjunto de ideias. Não podemos perder a bandeira da esperança na sociedade. Uma revolução é uma esperança em movimento. Uma esperança mobilizadora em movimento prático. Avançamos até aqui; nos custou muitíssimo. Conquistamos muita coisa. Nestes últimos dez anos, cinco anos, quinze anos. Mas não é suficiente. A batalha das ideias novamente é decisiva! Nas Universidades, nos meios de comunicação, nos jornais, nas assembleias, nos encontros. Não deve haver cenário em que não haja um revolucionário com suas ideias, seus cartazes/faixas, com seus jornais, com seus discursos, para fazer essa batalha. Em muitos lugares na América Latina, os lutadores sociais, que estávamos nos âmbitos sindical, gremial, acadêmico, passamos para o âmbito do governo, era necessário, sem dúvidas. Mas deixamos a retaguarda abandonada. E isso é muito perigoso. Necessitamos voltar para aí. Tão importante como um eficiente ministro de gestão pública, tão importante quanto um ministro de obras, tão importante é um dirigente na assembleia conduzindo um sindicato, federação, confederação, é o acadêmico ensinando na Universidade. Não concentremos toda a força intelectual e ativa na gestão do governo. Não descuidemos da frente social. Eu digo com a experiência de vice-presidente. Isso está passando conosco, e é um erro. Muitos dirigentes combativos e lutadores passaram à gestão do governo. E claro, agora são parlamentares, prefeitos, ministros, excelente, temos um parlamento com 65% de organizações sociais. Um parlamento muito plural. Mas me preocupa o que está passando em nível de sindicato, da confederação, da federação e da academia. E é aí que a direita está se entrincheirando. Não permitamos. Façamos novamente aí a batalha. A batalha pelo sentido comum, a batalha pelas ideias. Isso é que irá sustentar a continuidade desse processo a longo prazo.

Uma sexta (quinta) lição que aprendemos, que emergiu da ação e da luta dos processos revolucionários, dissemos anteriormente e agora desdobramos

## **5 – A democracia não pode reduzir-se somente ao âmbito da participação parlamentar.**

Por mais plural, por mais participativa e expressiva que ela seja. Não. Os processos revolucionários se defendem, se assentam, se consolidam se constroem e se aprofundam, tendo força no parlamento e nas ruas. Obrigatoriamente. Viemos das ruas. Nos forjamos nas ruas. Daí viemos. Tem-se que manter aí. Eu diria que os processos revolucionários têm uma governabilidade dual. A governabilidade que se gesta na articulação do executivo, na liderança revolucionária, no parlamento, na expressão dos

setores sociais, primeiro âmbito de governabilidade, e o segundo âmbito de governabilidade, a relação que tecemos com as organizações sociais, com os sindicatos, com os bairros, com os grêmios, mobilizados defendendo sua revolução. E isso é democracia. Temos criticado a velha democracia do norte. Se eleger uma vez a cada cinco anos e logo um punhado de vinte pessoas decide o destino de milhões de pessoas. Isso nós não queremos. Nem o vamos fazer, nem o vamos repetir. A democracia real, profunda, latino-americana é a profunda participação da sociedade nos parlamentos, nos ministérios, mas profunda participação e mobilização pela sociedade nas ruas para defender, para aprofundar o seu processo revolucionário.

Uma sexta lição que tiramos da nossa experiência revolucionária é o tema do papel da economia.

## **6 – Gestão Econômica**

Claro, quando alguém está na gestão do governo entende a profundidade dos textos de Che, por exemplo, quando debatiam sobre economia em Cuba, seus debates com Charles Bettelheim ou as reflexões de Lênin, na Nova Política Econômica, em que diz “Mais vale pouco, porém bom”, etc. Quando se está na oposição, o que importa: sua capacidade de mobilização e sua capacidade de criar ideias-força, articuladoras que gerem um princípio de esperança social, em torno a lideranças, individuais e coletivas. Isto é o central. Se joga dez, vinte, trinta, quarenta, muitas vezes nós morremos e alguns têm a sorte de viver e presenciar que tudo isso se consolide em um processo revolucionário, como hoje na América Latina. Por isso, estar na oposição quando esse processo revolucionário que emerge desde a sociedade e se transforma em gestão de governo... está bem, se necessita de capacidade de mobilização, se necessita capacidade de sedução e de convencimento, mas também, e isto é o novo, capacidade de gestão econômica. Os processos revolucionários latino-americanos vão definir seu destino na economia. Por quê? Os ciclos de participação, de mobilização, os ciclos heroicos não são perpétuos, são por ondas, momentos de ascenso, consolidação, estabilização, descenso. E logo vem uma baixa que pode durar semanas, meses, anos, até um novo processo de ascenso social e nessas baixas, que as vezes são curtas, de semanas, as vezes medianas, de anos, ou as vezes longas, já não são os momentos heroicos, de vitalidade (esbanjamento), da generosidade e do universalismo aplicado como vitalidade revolucionária. É o tempo da cotidianidade, dos resultados. E ao governante, ao vice-presidente, ao presidente Correa, ao presidente Evo, ao presidente Lula, Chávez, Kirchner, a sociedade pede: lutamos muito presidente, nos sacrificamos, esse é o nosso processo, é minha conquista, mas, quero também resultados, quero ver minha água potável,

quero ver minha rua, quero ver minha escola, quero ver meu hospital. E é aí vice-presidente, você está vivendo isso, aprenda você também, onde temos de mostrar a outra cara do revolucionário. Também se é revolucionário na capacidade de gestão. Na capacidade de gestão econômica do nosso país. O futuro se definirá aí. O que passará na América Latina nos anos 2015, 16, 17 e 2018, que é uma etapa de transição, vai depender de como podemos responder, como podemos atuar, como podemos gerar um conjunto de decisões que dê às pessoas a certeza no âmbito econômico. Temos de depositar aí toda nossa força companheiro vice-presidente, companheiros. Aí! Aí nós vamos jogar! Aí é para onde o Império está apontando os seus canhões. Aí é onde a conspiração permanente das forças conservadoras locais e internacionais está apontando seus canhões. É na economia. E é aí onde temos que dar uma nova vitória, com uma boa gestão da economia, com uma boa administração da economia. Não vou deter-me sobre os aspectos principais, somente menciono alguns, que estão nos ajudando na Bolívia. Exportação, mercado externo, mercado interno. Isso nos ajudou muito. Crescemos muito quando a economia de exportação, quando seus preços estiveram altos; mas também dependemos muito do gás – 50% das exportações são de gás –; e quando subiu o preço do petróleo e do gás, entrou muito dinheiro. Mas, como sabíamos que isso poderia a qualquer momento cair, porque já em 2008 caiu de 140 dólares a 35 dólares – caiu, assim, durou pouco, mas caiu – sabíamos que isto é sim instável, que não se pode confiar unicamente nas exportações. Tem de se aproveitar, mas também gerar a retaguarda. E a retaguarda é o mercado interno. O crescimento via mercado interno, via dinâmica interna. Na Bolívia o crescimento de 5% anual: metade mercado interno, metade mercado externo. Caiu o mercado externo? Ao invés de crescermos 6 ou 7%, estamos crescendo 4,5, é um bom crescimento, porque tomamos a decisão de também nos fundamentarmos no mercado interno. E mercado interno é distribuição de riqueza. Não pode haver um fortalecimento do mercado interno sem distribuição da riqueza. Diz a teoria econômica: primeiro se gera a riqueza e depois a distribui. Pois nós não temos ignorado os economistas. Temos distribuído e produzido, produzido e distribuído, não temos esperado primeiro produzir para só após distribuir, à medida que produzíamos, distribuíamos e, ao distribuir, produzíamos mais, produzíamos melhor. E dessa maneira, estamos podendo superar esse momento adverso no âmbito econômico. Segunda coisa: o Estado tem que controlar os recursos fundamentais da economia. Os motores fundamentais da economia, das empresas e da geração do excedente do país. E tudo, tudo em função da sociedade. Crescimento, em função da sociedade. Distribuição da riqueza para potencializar a sociedade. Investimentos, para potencializar a sociedade. E todo o aparato econômico em torno do núcleo de empoderar, de melhorar as condições da própria sociedade.

## **7. O sétimo problema e tensão que se instalou nos processos revolucionários é o debate entre geração de bem-estar econômico e preservação da mãe Terra.**

Entre geração de mais riqueza material e proteção da mãe Terra. O famoso debate sobre extrativismos, que se pôs em moda na América Latina. Claro, Equador, Venezuela, Bolívia, carrega uma herança extrativista que, no caso da Bolívia, se remonta a 1570, quando o “vice-rei” Toledo instaura o trabalho obrigatório em *Cerro Rico* em Potosí e converte a Bolívia num cenário de produtor de matérias primas que se exporta à metrópole.

Desde então a Bolívia e América Latina acabaram definidas na distribuição planetária de tarefas do capitalismo como produtoras de matérias-primas. Trazemos quase 450 anos dessa herança. É verdade, está aí essa herança. Igualmente, somos sociedades, as latino-americanas, com muitos problemas de pobreza, com muitas necessidades de uma população que durante décadas e séculos, na colônia, na República, até o neoliberalismo, foram abandonadas à sua sorte. Quase todos nossos países chegaram ao século XXI com a metade de sua gente na pobreza. Um dos continentes mais pobres do mundo. Comparável, competindo com a África. Muitas necessidades imediatas. Muitos requerimentos imediatos. Tens essa herança, era extrativista desde antes e tens muitas necessidades materiais insatisfeitas das pessoas. Então o que tens que fazer? Produzir, por causa dessa herança, para satisfazer as necessidades da gente, que vê em seus líderes e na sua revolução a esperança para sair da pobreza e para acabar com sua miséria e abandono. Temos na América Latina raiz indígena. Todos temos. Há em nossa herança familiar um índio. Em nossa herança somos índios. Somos indígenas, ou viemos de raiz indígena. Daí está nossa força. E nessa força de nossa raiz indígena, não somente está uma identidade e uma história, senão está um ensinamento de um tipo de intercâmbio metabólico, diria Marx, com a natureza, mutuamente pró-criativo. As tecnologias indígenas, a sabedoria indígena, gerada nas terras baixas, na Amazônia e na serra, é de uma tecnologia produtiva, de um conhecimento produtivo que sempre intentou dialogar com a natureza, porque a natureza foi concebida como um ser vivo, como um ser orgânico, e o ser humano como prolongação orgânica desse ser superior. Então se esse ser superior é vivo, não o mate, porque tu dependes dele e tu és um prolongamento. Matar a natureza para o indígena é matar-se a si mesmo. Arrastamos essa herança, viemos dessa raiz. Por outro lado, a mudança climática do mundo que está transformando a sementeira, a colheita, o clima, é também uma responsabilidade de um revolucionário; assumi-la como uma tarefa – preservar a natureza. Como resolvo a contradição entre ambos? Grande debate. Nem Lênin nos disse como, nem Gramsci nos disse como. Fidel sim refletiu sobre isso. O comandante Fidel refletiu sobre isso. Como articulamos, especialmente em sociedades como a equatoriana ou a boliviana, de velha e preponderante

herança extrativista. Se só nos dedicamos a produzir, não importa se artesanalmente, mas para satisfazer apenas necessidades materiais, teremos êxito econômico, teremos resultados econômicos, mas teremos abandonado uma raiz comunitária, uma herança comunitária indígena que habilita um por vir, pois o futuro será ecológico, ou não será futuro. O futuro socialista, o futuro comunitário há de ser ecológico ou não poderá vir a existir. Se somente nos dedicamos a cuidar da natureza, a não tocá-la, seguimos na pobreza, seguimos na miséria. E vão vir os neoliberais, a eles não lhes importa nem as árvores nem os pássaros, e eles sim vão dedicar-se a produzir como possam e a satisfazer as necessidades da população, e a população com justo motivo lhe vai, nos vai abandonar. Não pode simplesmente dedicar-te a produzir de maneira irreflexiva, mantendo o extrativismo, porque renuncias a tua raiz e ao teu por vir, e não podes contentar-te em ser um cuidador de bosques, deixando a população na miséria colonial na qual vivem os povos indígenas hoje, porque hoje suas condições de vida não é uma condição de vida idílica, é uma condição de vida de pobreza colonial construída nos últimos 500 anos. Isto é o que nos propõe o meio ambientalismo colonial, eu tenho denominado. “Latino-americanos, deixem de sonhar com o progresso. Se querem fazer alguma contribuição à humanidade, dediquem-se a cuidar das árvores”. O norte que siga produzindo, que siga inundando de CO<sub>2</sub> o mundo, que siga destruindo os bosques do mundo. A América Latina é dedicada agora a gerar o oxigênio que os do norte estão aniquilando. Este é o meio-ambientalismo colonial. Que os países do sul paguemos a mais-valia ambiental congelando nossa produção, congelando nosso desenvolvimento, congelando nosso futuro, congelando nossas condições de vida, que são coloniais, supostamente em “áreas de natureza preservada”, enquanto os do norte seguem na orgia destrutiva do planeta. E nos atacam: “governo de Correa extrativista, governo de Evo, extrativista”. Claro. Recebem um bom dinheiro – os que nos criticam – desses organismos estrangeiros para criticar-nos, para manterem sua palavra. E, em última análise, servem a esses interesses externos. Então senhores, do que se trata? O que estamos fazendo em Bolívia e o que vejo que está ocorrendo em Equador e o considero correto: temos de sair do extrativismo? Sim, temos de sair. Mas não se sai congelando as condições de produção, nem regressando à idade da pedra. Se sai do extrativismo utilizando temporariamente o extrativismo para criar as condições culturais, organizativas e materiais de uma população que salte à economia do conhecimento. De que economia do conhecimento vou falar quando tenho companheiros que vivem no altiplano, em casas de pedra, que caminham cinco horas para chegar ao seu colégio, que se sentam em assento de barro e que estão dormindo cedo todos os dias porque não têm alimentos para estarem despertos? Que economia do conhecimento se constrói dessa maneira?

Esta é a farsa deste meio ambientalismo colonial. Porque há um ambientalismo revolucionário. Mas o ambientalismo colonial nos quer impor essa armadilha.

As condições de vida atuais dos povos indígenas são idílicas e harmônicas. Que vão conhecer a uma criança dormindo porque não pode tomar café-da-manhã bem. Que entrem na Amazônia, para ver como morre a gente por picada de cobra porque não há em cinco dias uma atenção médica. Não conhecem. Desde suas Ongs, que ganham muito dinheiro, se dedicam a ver desde as janelas o que passa no mundo e a absorver os problemas do mundo desde onde estão. Não é assim. “Tem-se que acabar com o extrativismo”, sim. Mas simultaneamente tem-se que acabar com a miséria. E tem-se que utilizar as ferramentas herdadas. Como nos pedem acabar em cinco anos o que durou 500? Nos exigem que superemos em seis meses o que durou séculos. Não senhores. Não vamos cair nessa armadilha. Os processos latino-americanos assumem que tem-se que passar a uma economia do conhecimento, a uma economia industrial, que vincule a ciência e a tecnologia contemporânea com a ciência e a tecnologia ancestral, vamos fazer isso. Mas o vamos fazer criando as condições materiais, culturais e espirituais para esse tipo de economia e sociedade, produzindo o que hoje temos temporariamente usando o petróleo, o gás, os minerais, a agricultura; necessitamos de um período de transição, de uma ponte, que crie as condições técnicas, materiais e espirituais de uma nova geração capaz de superar o extrativismo. Então, vamos seguir produzindo, porque tem-se que satisfazer as condições materiais da gente. Mas também vamos criando as condições para um reencontro com a natureza, resgatando a tradição indígena da relação mutuamente vivificante com a natureza. Extrativismo? Sim. Temporariamente? Sim. Necessariamente. Até criar a nova sociedade do conhecimento e da cultura.

Permitam-me aqui criticar a essa esquerda de *cafeteria*, que assim a chamo eu. Se querem vocês, *esquerda deslactosada*. Evidentemente, há grupos que se opõem. Se autodenominam mais à esquerda do processo. Quem são? É uma esquerda perfumada, que observa o ruído dos processos desde as sacadas, um café ou desde a televisão. É uma esquerda bem remunerada. É uma esquerda que se horroriza da linguagem “guerreiro” e do cheiro da plebe nas ruas. Lhe incomoda o estrondo da batalha e a desordem de uma democracia de barricada. É uma esquerda que degusta o seu café descafeinado. Que critica os governos progressistas que não construíram em uma semana o comunismo. Que aproveitando o descanso de seu *fitness* matinal, nos criticam que não acabamos de uma vez com o mercado mundial. E em seminários onde rendem contas de seus financiamentos externos que garantem sua boa vida, denunciam os governos progressistas por não haver instaurado instantaneamente por decreto o “*buen vivir*”. A estes cavalheiros e senhoritas, a verdadeira e transbordante luta de classes plebeia e indígena lhes resulta incompreensível. A única revolução que conhecem é a que viram resumida no *History Channel*. E por isso, a multiforme, as vezes desorganizada, luta plebeia real pelo poder, lhes resulta totalitária, tirânica, autoritária. São, pois, os radicais de palavra e medrosos de espírito. São os

arrependidos cúmplices do passado neoliberal. Surgidos de maneira inesperada hoje, em ultrarradicais, profetas do iminente fracasso dos processos revolucionários. Portadores de teorias “*deslactosadas*”, não têm nenhuma solução concreta, nenhuma só proposta prática enraizada no movimento social que possa avançar nos processos revolucionários. São, portanto, os medíocres corifeus internos da nova ofensiva imperial que buscam desestabilizar os processos e governos progressistas. Seu pseudo-radicalismo abstrato e inoperante não aponta nenhuma mobilização, nem reforça a ação coletiva dos setores populares camponeses, operários ou indígenas, pelo contrário, seu discurso acumula o conservadorismo e o racismo de setores acomodados, que, sob a camuflagem de um discurso pseudo-esquerdista ou pseudo-ambientalista, buscam desprestigiar os processos revolucionários. Ao não impulsionar a mobilização autônoma das classes subalternas, nem ser alternativa de poder real, esses pseudos radicais trabalham para os restauradores do neoliberalismo; são os ideólogos do fim do relato do progressismo latino-americano. Os conheço. Não sou tão experiente quanto meu prof. Emir, mas me comoveu viver um processo similar nos anos 1980. E vi um processo progressista e sobre o qual estudei o que passou na Bolívia, com o governo progressista de Torres, com o governo progressista da UDP; que tinha seus problemas e suas dificuldades. E surgiu uma oposição de esquerda. Radical, que lhe demandava o comunismo, o socialismo, o decreto de nacionalizar os mercados, de fazer tudo de imediato e já. Essas não foram alternativas de poder. Ajudaram a derrubar os governos progressistas e não ascenderam ao poder. O que habilitaram foi dez anos de ditadura militar, 20 anos de neoliberalismo. E sabem o que? Como por sorte estamos vivos para conhecer a história e não a vamos repetir. Não vamos permitir que esses tipos voltem a destruir os processos revolucionários, ajudando o regresso das forças conservadoras.

Permitam-me terminar com um nono ponto. Eram dez, retiro um para não ser tão demorado!

## **9 – O tema da questão nacional estatal**

Podemos dizer que o neoliberalismo no mundo teve, em termos gerais, duas fases, duas etapas, a nível mundial: uma fase que vai dos anos 1980 com Reagan e Thatcher até 2000, 2005. E uma segunda fase de 2005 até hoje e não sabemos até onde vai. Em nível mundial. Na primeira fase, 1980 a 2005, o neoliberalismo utilizou o Estado nacional; o utilizou, o capturou, o reformou e o utilizou para transferir o excedente, a riqueza pública, as empresas públicas, a poupança pública, para as empresas privadas, para a propriedade privada local e fundamentalmente estrangeiras. Se privatizaram empresas, se transferiram recursos dos bancos aos setores privados, se entregaram recursos naturais

aos investimentos estrangeiros. Nessa fase, onde o Estado nacional joga um papel de regulador e transferente do público para o privado, o Estado joga também o papel de coesionador cultural da sociedade em torno da privatização. Cumpre as funções de privatizar, de transferir o público para o privado. E funções de dar a coesão cultural, a coesão ideológica, o cimento, diria Althusser, para manter a percepção da sociedade articulada às decisões governamentais. Estamos hoje perante uma nova fase do neoliberalismo. Nessa nova fase, o Estado nacional, os Estados plurinacionais, são um estorvo. E me atrevo a dizer que aprenderam a lição, do que passou na América Latina, para com essa lição, para não a repetir, começaram a operar no mundo árabe e na Europa. Hoje estamos perante uma fase distinta do neoliberalismo, e a ele não são cômodos os Estados nacionais. Não lhe são cômodos. Não lhe são funcionais. Não lhe são úteis. E então passaram a uma etapa de desmembramento, debilitação e fracionamento do Estado, com duas variantes. A primeira variante desse desmembramento do Estado: formação de oposições políticas mobilizadas, criação de áreas extraterritoriais do Estado. Podem ser parques nacionais, sublevações regionais em algum país, posteriormente promover guerras civis, intervenção militar estrangeira. O caso do Iraque, o caso do Afeganistão, o caso da Líbia, o caso da Tunísia, o caso de Síria, não sei se o caso da Ucrânia também pode entrar nesse modelo de desmembramento de Estados nacionais. A outra variante é impulsionar privatizações, ampliar o endividamento público, impulsionar perda de soberania tributária de seus Estados, perda de soberania monetária, recorte de áreas de intervenção estatal. O exemplo da Grécia é paradigmático; Grécia é o exemplo dessa modalidade de derrubada de soberania estatal. O que há feito a Europa, Merkel, Alemanha, o Fundo Monetário, e o Bundesbank com o povo grego. Ambas as vertentes, via guerra civil, via perda de soberania, conduzem a uma implosão dos Estados, a uma coesão ideológica já não por parte do Estado, mas por estruturas supraestatais e uma nova divisão imperial de empresas, recursos e áreas geográficas. Esse é um momento novo. Se nos anos 1980, os Estados eram funcionais ao desenvolvimento do neoliberalismo, nessa etapa os Estados não lhe são funcionais. Vejam, a aniquilação dos Estados laicos no mundo árabe, é terrível. É terrível. Ao final, se trata de ver quem controla a geopolítica e o petróleo. Mas, agora o que ocorre é a fragmentação de pequenos feudos, grupos armados enfrentando-se uns contra os outros. Se isso é a lógica contemporânea, a defesa dos Estados, mas necessariamente abaixo uma nova direção, um novo bloco de poder, se apresenta como uma tarefa imprescindível nos processos revolucionários da América Latina e do mundo. A defesa dos processos na América Latina requer aprofundamento da revolução e irradiação a outros lugares. Os processos, e isso é importante novidade, não são permanentemente ascendentes, são ondas, avançam, se consolidam, se estancam, retrocedem, caem, voltam a levantar-se, em um processo contínuo de avanços e retrocessos por ondas. No fundo, a luta do

povo, só a luta, pode definir o futuro histórico do continente e do mundo. Muito obrigado.